

As Doze provas da inexistência de Deus aduzidas por Sebastien Faure — comentadas

Ao me propor a comentar os doze argumentos aduzidos por Sebastien Faure (França, 1853 — 1942) a fim de contestar a existência de Deus, devo esclarecer minha posição.

Tive e tenho em minha família seguidores de várias religiões: católicos, espíritas, protestantes, macumbeiros, etc. Eu, pessoalmente, não sou membro de uma igreja e me classifico como cético com relação às práticas pseudo-científicas (que são cada vez mais numerosas hoje em dia, como a astrologia, a numerologia, o reiki, o feng shui e tantas outras). Não sendo, contudo, ateu, sou simpatizante do Cristianismo, embora com algumas reservas, e vejo nesses discursos visando provar a existência ou a inexistência de Deus uma tentativa do homem de aproximar-se de algo que se afigura um mistério jamais desvendado e que depende exclusivamente da fé: existe ou não existe um ser a que se possa chamar Deus?

Sebastien Faure apresenta doze argumentos que ele diz serem provas de que Deus não existe. Verá o leitor que se deiver no texto original do filósofo que alguns de seus argumentos não se referem propriamente à questão da existência. Em todo o decorrer de sua tese, na qual se propõe combater o Cristianismo (razão pela qual eu também procuro contra-argumentar baseando-me exclusivamente na doutrina cristã), Faure comete erros diversos, tais como distorcer o sentido da doutrina, fazer afirmações (propositalmente?) incorretas a fim de “distrair” o leitor menos atento, ignorar o tema em discussão, etc.

Não tenho a intenção, no que se seguirá, de estabelecer dogmas, de fazer afirmações do mesmo quilate das que são feitas pelo autor, nem mesmo aprofundar-me, pois se trata de um tema que, para tanto, requereria um conhecimento que não tenho; pretendo apenas em meus comentários — para a elaboração dos quais não fiz qualquer pesquisa, a fim de não deixar-me influenciar pelo pensamento alheio — mostrar essas falhas, ressaltando desde já que Faure, se pretendeu por sua vez ser profundo em seu discurso, não o conseguiu, chegando mesmo em alguns trechos a proferir verdadeiras platitudes. Como veremos ainda, para elevar a doze o número de suas ditas “provas”, ele reitera argumentos com arranjos diferentes, artifício bastante visível para que o leitor atento se deixe en-



ganar — mas sem o qual essas “provas” reduzir-se-iam a onze ou mesmo a dez, se tratadas convenientemente. (É curioso notar que essas provas poderiam subir até a números mais elevados, e me surpreende que Faure, na sua ânsia de criticar e combater a religião, tenha deixado passar tantos aspectos polêmicos e às vezes mesmo duvidosos da doutrina. Mas como o filósofo não tocou nesses aspectos, limitar-me-ei à sua abordagem a fim de não estender demasiadamente este ensaio.)

Para os interessados, texto de Faure pode ser encontrado na Internet.

Acerca da “Introdução”

Na introdução, o filósofo se refere ao fato de que o conhecimento do homem não atingiu ainda um estágio suficientemente avançado para que se tenha uma descrição do mundo que permita a exclusão das idéias deístas, devido ao que acusa os religiosos de se aproveitarem desse fato, não para ajudar a resolver a questão do conhecimento, mas para perpetuar a dúvida na mente de seus pares.

A acusação de intenção por parte dos deístas parece-me injusta, haja vista que não cabe a estes “resolver o problema” do ponto de vista científico; além do que, não existe, na verdade, nenhuma intenção de perpetuar a dúvida, e isso por uma razão muito simples: ao pregarem sua doutrina, os deístas estão pregando aquilo em que crêem, e se crêem, não há dúvida; logo, o ponto de “capital importância”, no caso, é tão somente disseminar uma crença pessoal. (Abstraio aqui a questão da idoneidade: parto do princípio de que o religioso ao pregar sua doutrina o faz de forma sincera e idônea.)

Em seguida profere algumas ofensas contra os religiosos de um modo geral, o que constitui a vulgar falácia *ad hominem*, que não merece comentários.

É curioso como algumas pessoas, na intenção de contestar o pensamento alheio, não conseguem desenvolver uma argumentação num bom nível filosófico e partem de imediato para a agressão verbal. Será tal atitude sintomática de inépcia no desenvolvimento de sua tese? É o que veremos no decorrer desta abordagem.

I — Acerca da Apresentação do Problema em Termos Precisos

Faure, não obstante, decide-se a examinar a questão da existência de Deus em termos das religiões que o pregam, procurando ater-se precisamente à religião católica. Como existem divergências doutrinárias entre o catolicismo e o protestantismo, prefiro examinar a questão do ponto de vista do Cristianismo, sem preocupar-me muito com os diversos segmentos ou denominações.

Cabe perguntar inicialmente se Faure conhece bem a Deus, condição — como ele mesmo pretende — necessária para discuti-lo. Presumo que ele julgue conhecer a partir daquilo que lhe foi dito pelos religiosos de seu tempo, porém eu me pergunto se com efeito lhe apareceu alguém como ele supõe no começo de sua apresentação e lhe falou de “*um Deus que não está envolto em nenhum mistério, um Deus de quem não se ignora nenhuma particularidade, um Deus que lhe confiou todo o seu pensamento e lhe transmitiu todas as suas confidências*” sendo este Deus aquele “*que lhe foi insuflado no cérebro por meio do Catecismo!*”. Tal pergunta eu me faço — e sugiro que os leitores também se questionem sobre isso — em vista de que o autor parece entender que o Deus ao qual ele pretende contestar não possui nenhum mistério e de quem não se ignora nenhuma particularidade. Noto que já nesse início de discurso ele comete um equívoco (a menos que o equívoco se deva a uma tradução truncada): pois Deus está envolto em mistério, dele se conhece apenas aquilo que a doutrina expõe (ficando portanto implícito que

se ignoram muitos de seus aspectos), e em nenhum momento confiou todo o seu pensamento ao homem!

O filósofo termina sua apresentação do problema por negar Deus pretendendo provar sua inexistência por meio de doze provas, afirmando contudo que uma única bastaria. Com efeito, se qualquer uma das doze fosse de fato uma **prova**, bastaria uma só, pois uma **prova de fato** nunca pode ser refutada. No entanto, como foi dito, o que ele nos apresenta são apenas argumentos, e nenhum suficiente.

II — Acerca da Divisão do Problema

O filósofo divide seus argumentos em três séries:

- A primeira trata do Deus-Criador, compondo-se de seis argumentos;
- A segunda trata do Deus-Governador ou Providência, com quatro argumentos;
- A terceira apresenta o Deus-Justiceiro ou Magistrado, com dois argumentos.

Meus comentários seguem esse mesmo esquema.

O filósofo afirma que estes doze argumentos constituem doze provas da inexistência de Deus. Veremos que não são nem mesmo, em sua maioria, bons argumentos, além do que, nem todos são argumentos contra a inexistência de Deus, como p. ex. o argumento de número 9.

Sobre a Primeira série de argumentos: contra o Deus criador

Do 1º argumento: O gesto criador é inadmissível

Faure começa com um argumento cujo tema é um termo (“criar”) que ele não sabe definir. No momento em que admite que não sabe definir o termo sobre qual pretende discorrer, já todo o argumento fracassa: como é que eu posso discorrer sobre um assunto que eu em absoluto ignoro? Mas em seguida arrisca uma definição para esse termo (“criar”) lançando mão de um outro (“nada”) para o qual também não provê nenhuma explicação, sumamente necessária pois é — no contexto — a partir dela que o primeiro termo será definido. E assim, do pé para a mão, afirma que “criar é tirar qualquer coisa do nada”.

Não satisfeito em expor de forma insuficiente sua definição de “criar”, introduz um exemplo duplamente equivocado: equipara esse “nada” não definido com o *zero*! Ora, o zero está infinitamente longe de representar o nada: o zero é um número. Posto à direita de outro implica numa multiplicação por potência de dez, e entre dois outros, numa multiplicação por potência de dez e uma soma. Ex.: $34 \rightarrow 304 = 3 \times 100 + 4$. Além disso, o zero é o único número que possui a peculiaridade de ser ao mesmo tempo real puro e imaginário puro!

Operações como $0 \times 0 = 0$ ou $0 + 0 = 0$ são expressões matemáticas concretas e plausíveis, e não uma representação do “nada”: somar ou multiplicar zeros resulta em zero, e não em “nada”.

Por este equívoco, a ilustração falha. Mas há um outro: Faure fala de um matemático, enfim, de um homem que se dedique a fazer operações de soma, multiplicação etc. com o número zero **com a finalidade inglória de obter uma unidade**.

Em primeiro lugar, confunde “operar com o número para obter uma unidade” com “fazer surgir o Mundo do Nada”. Se o zero e o Nada não são a mesma coisa, se nem ao menos se parecem, lança o filósofo mão de argumento falacioso (*non sequitur*).

Em segundo lugar, pergunto: estará ele confundindo Deus com um homem? Quero crer que não, e se assim é, percebe-se que o autor não conhece tanto a Deus a

ponto de discuti-lo ou então está disposto a contradizer-se, pois se pouco antes, ao apresentar o problema, referiu-se a um Deus onipotente (em suas próprias palavras, “*porque é infinitamente sábio, infinitamente justo, infinitamente poderoso, infinitamente bom*”), não é coerente que pouco depois afirme que Ele **não possa** alguma coisa.

Ora, verifica-se então que a construção do argumento é precária e entra em contradição com suas próprias palavras. A onipotência de Deus é atributo necessário (assim como a onisciência e a onipresença). O descrente pode, com legitimidade, dizer: “Eu não creio num ser assim”. O crente, também com legitimidade, dirá: “Eu creio num ser assim”. Ambos, contudo, terão de concordar numa coisa: seja Deus uma ficção ou não, não se podem negar seus atributos (pelo menos aqueles descritos pela doutrina), e a onipotência é um deles. Assim, caso exista, não será para Deus impossível tirar qualquer coisa do nada, muito pelo contrário – embora continuemos sem saber o que seja o “nada” no pensamento de Faure, pois ele não o definiu.

Em vista do exposto, o máximo que o filósofo poderá dizer é, como acima: “Eu não creio num Deus onipotente, que pudesse tirar o mundo do ‘nada’”, porém o fato de ele não crer não prova a inexistência de Deus (como tampouco o fato de alguém crer prova sua existência).

[Para complementar, embora seja isto fugir do tema em discussão, direi que Faure equivoca-se ainda com relação ao significado de “criar” ao referir-se a esta palavra como uma expressão vazia: músicos criam suas músicas, pintores criam seus quadros, escultores criam suas esculturas (e não estou falando dos meios físicos como madeira, tela, tintas, mármore etc.), e por aí fora.]

Do 2º argumento: O “puro espírito” não podia determinar o Universo

No segundo argumento, Faure opõe espírito e matéria, afirmando que Deus, por ser puro espírito, não poderia criar o mundo, que é somente matéria, justificando seu ponto de vista com o fato de que o puro espírito está separado do universo por uma diferença de natureza, o que constitui – segundo seu pensamento – um abismo intransponível.

Na verdade recaímos aqui na mesma questão da onipotência que referi anteriormente: para um ser onipotente, não existem impossibilidades. Porém, para não ficar apenas com esta resposta, vamos aduzir mais algumas razões pelas quais este segundo argumento também falha.

O ato da criação não depende, como presume o filósofo, da natureza do criador, mas da vontade do criador. Assim criar é um ato volitivo: “Faça-se a luz, e a luz se fez, e Deus viu que a luz era boa”, conforme o belo e poético verso do Gênesis. A Volição parte de uma intenção, de uma inteligência, de um pensamento, e assim não é o aspecto espiritual de Deus que cria, mas seu pensamento ou, como a doutrina costuma referir de forma simbólica, sua Palavra: foi pela palavra que Deus criou o mundo. O Gênesis fala em “verbo”, que é *lógos*, palavra.

Certo é que o Criador está dissociado de sua criação, tampouco importa qual a natureza de cada um já que o ato (e o poder) de criar está na Volição que se concretiza na Palavra, e, em última análise, pela onipotência como atributo de Deus. Além do mais, ao estabelecer que o puro espírito está separado do universo por uma diferença de natureza, decorrendo daí a impossibilidade da criação, Faure expõe apenas uma opinião, não apresentando nada que a consubstancie na prática, o que de resto não seria possível; esta opinião assim exposta adquire o *status* de argumento, não mais. Como contra-argumento, basta opor a opinião de que o abismo imaginado pelo autor na verdade existe como empecilho à criação apenas conforme seu ponto de vista, não constituindo empecilho algum na realidade. Com isso percebe-se claramente que o filósofo engana-se (a si mesmo e

talvez a muitos, mas não a quem se detém a examinar o problema) ao afirmar que a matéria, ou estava fora de Deus, ou estava no ser de Deus. Não estava nem fora, pois não fora criada, nem no ser de Deus, pois conforme afirma, o puro espírito distancia-se da matéria. A matéria simplesmente não estava.

Hoje, pode-se falar em vácuo quântico quando se pensa no vazio ou no que se presume ser o “nada”, e também no Big Bang, quando se fala em origem do universo, mas como a discussão reside no campo da filosofia religiosa, e não em oposição à ciência, e também porque esses conceitos modernos não eram ainda conhecidos na época em que viveu Sebastien Faure, não convém ingressar neste campo na presente discussão.

Do 3º argumento: O perfeito não pode produzir o imperfeito

Faure afirma, em seu terceiro argumento, que o perfeito não pode produzir o imperfeito. O que temos aqui é a mesma distinção de natureza aduzida no argumento anterior, neste caso entre perfeito e imperfeito, e, francamente, a ênfase bombástica do autor chega a ser risível. [Ou talvez a tradução é que seja ruim...]

Argumentando, diz que é pelo fruto que se conhece a árvore, e portanto pela obra que se conhece o autor, seguindo uma linha de raciocínio que conduz à conclusão de que, por ser imperfeito, o universo não poderia ter sido criado por um ser perfeito, isto é, Deus.

O argumento de Faure é tão anódino que não mereceria que eu me detivesse sobre ele, não fosse a intenção de comentar cada um deles. As falhas de sua abordagem são duas: a primeira, as razões pelas quais o perfeito não pode produzir o imperfeito; a segunda, a afirmação de que o Universo é imperfeito.

Começando pela primeira, recaímos na já mencionada questão da onipotência e da volição. Não vou proceder aqui como Faure, dizendo “não acredito que haja alguém que me desminta”, ou “nem o talento de um matemático e nem o gênio de um filósofo serão capazes, etc.”, porque estamos num terreno puramente especulativo, no qual exploram-se idéias e não o rigor e a exatidão das provas matemáticas. Porém, parece-me plausível que um ser dotado de onipotência e de inteligência criadora, poderá criar, conforme sua conveniência, o que lhe ditar sua intenção. Assim, se fosse sua intenção criar um universo imperfeito, esse ser, a que no caso chamamos de Deus, seria por seus próprios atributos capaz primeiro de uma distinção entre perfeição e imperfeição, e segundo, de estabelecer as imperfeições que julgasse necessárias em sua criação.

Temos que no relato bíblico do Gênesis Deus, com efeito, criou o mundo pleno de perfeição, mas com a queda do homem surgiu, como consequência, a imperfeição, e como exemplo desta a degradação e a morte. Seguindo nesta direção, temos, pois, que Deus criou um mundo perfeito, susceptível porém de degradar-se — e neste ponto nos deparamos com uma conclusão contraditória: seria perfeito um mundo que, no entanto, apresentasse uma fragilidade como a descrita no Gênesis, fragilidade esta que se manifestou através da queda do homem? A mim me parece que não, sendo eu portanto obrigado a concluir — mantendo-me sempre de acordo com a dialética cristã — que Deus criou um mundo quase perfeito, sendo sua intenção que houvesse ali uma imperfeição através da qual a quase perfeição criada pudesse degradar-se. O leitor poderia questionar-me, perguntando: “Por que teria Deus procedido dessa forma?”, e esta seria uma pergunta para a qual eu não teria resposta, pois não me julgo — como o filósofo dá a impressão de o fazer — capaz de penetrar na mente de Deus. O máximo que eu poderia dizer é que, decorrente do exposto, resta claro que o perfeito não só pode, como pôde criar o imperfeito. (Quero ressaltar neste ponto que, como estamos no campo da filosofia religiosa, o texto do Gênesis se aplica. Tendo em mente o que diz a ciência através da teoria da evo-

lução, o texto do Gênesis deve ser entendido como uma alegoria — mas esta é outra discussão.)

A segunda falha no argumento de S. Faure reside na questão da imperfeição do mundo. Faure em nenhum momento nos brinda com aquilo que entende por perfeição: em seu estilo bombástico, limita-se a estabelecer um fosso intransponível entre uma coisa e outra, mas não define nem uma coisa nem outra, e só por essa falha todo o argumento desmorona. Ora, como posso eu estabelecer diferença entre os conceitos “A” e “B” sem descrever com clareza o que eu entendo por “A” e por “B”?

Por último, ao afirmar que o Universo mesmo sendo admirável é imperfeito, seria de esperar que pelo menos estabelecesse o que entende por um universo perfeito. Onde, p. ex., estão as imperfeições do mundo? Seria na existência da morte? No fato de haver injustiças sociais? Na maldade humana? Seria na aparente falta de finalidade da vida? Ou estaria em outros aspectos da natureza: por exemplo, seria a noite longa demais? O sol muito quente? A Terra muito pequena? O Universo, como um todo, muito grande? Ou a falha estaria na segunda lei da termodinâmica, que dita um fim para tudo?

Faure, conquanto reconheça que o Universo possua grandes belezas, afirma-o imperfeito mas nada nos diz acerca do que entende por essas imperfeições, e assim sendo, fácil se torna desmenti-lo: sim, não vejo imperfeições no mundo, a menos que o julgue com a parcialidade de um ponto de vista pessoal. Neste caso eu poderia dizer “isto é imperfeito no Universo”, mas não necessariamente todos concordariam comigo. Como não existe uma razão suficiente para que em qualquer caso minha opinião seja melhor que a de todos, aquilo que eu julgo uma imperfeição poderia ter o caráter de perfeição para outros, e continuaríamos na estaca zero com respeito à questão.

Concluimos, portanto, pela falha evidente do argumento apresentado pelo filósofo.

Do 4º argumento: O ser eterno, ativo, necessário, não pode, em nenhum momento, ter estado inativo ou ter estado inútil

“Se Deus existe é eterno, ativo e necessário”, afirma o autor no início de seu quarto argumento, e logo de início nos deparamos com uma opinião, não com uma verdade absoluta. Vejamos, a seguir, o que entende ele por esses conceitos: di-lo eterno por não estar contido pelos limites do tempo; ativo por ter sido, por sua atividade, que se criou o mundo; necessário, porque a criação se deu de acordo com sua vontade — e neste ponto vemos que Faure, que argumentos antes ignora o que seja “volição” na problemática da criação do mundo, recorre ardilosamente a ela quando lhe convém, não incorrendo, todavia, em erro: sim, Deus é sem dúvida necessário e a criação se deu por sua vontade.

Em seguida o autor se propõe a provar que Deus nem sempre foi ativo e necessário, ou seja, no tempo que houve antes da criação, quando então seria um Deus incompleto (ficando implícito que a incompletude não pode ser atributo de Deus, com o que concordo).

O filósofo, contudo, equivoca-se ao referir-se à questão do Tempo (e ingenuamente fala em “milhares de séculos antes da criação”, como se milhares de séculos pudessem nos dar uma mesmo que pálida idéia de eternidade!).

Como devemos entender o Tempo neste caso? O Tempo, como conceito relativo ao homem, encontra-se num nível diverso daquele pelo qual se relaciona com Deus. Como criador de todas as coisas, conforme se pretende que Deus seja, Ele criou também o Tempo, esse conceito escorregadio com o qual tem-se havido não só a filosofia mas também a ciência.

Quando nos referimos a tempo, nós, os seres humanos, estamos falando de algo que nos afeta dentro desse outro algo que é o mundo onde existimos. Não nos é dado o

poder de observar o mundo “de fora”, coisa de que somente Deus seria capaz. Assim sendo, o conceito de eternidade como um tempo infinito (e o infinito é outra idéia extremamente sutil) é da mesma forma descrito a partir de nossa modesta posição dentro do mundo, não sendo igualmente apreensível pelo entendimento humano em toda sua extensão: eternidade e infinito desafiam nosso pensamento, e isto ocorre porque estamos presos a um mundo co-existente com duração, limitação, finitude.

Sendo Deus exterior ao mundo e ao tempo, ou seja, não se confundindo com ele (pois biblicamente, ao contrário de algumas filosofias religiosas, Deus distingue-se do mundo) nem estando dentro dele (i. é, não sendo nem contingente nem conteúdo), não poderá enquadrar-se nas nossas noções de tempo e de eternidade. Assim sendo, afirmar que “Deus não fazia nada **antes** de criar o mundo, não sendo então necessário nem ativo e, portanto, revelando-se incompleto” não faz sentido, pois para fazê-lo impor-se-ia que nós pudéssemos definir o “**antes**”, o que não me parece, a princípio, logicamente possível. (Não pretendo expor-me à embaraçosa atitude de definir esse “**antes**” à moda de Faure, como se tratando de “milhares de séculos” — o que soa com a ingenuidade de um argumento aduzido por uma criança de cinco anos; agradar-me-ia, contudo, conhecer a opinião de filósofos e teólogos acerca do assunto e as objeções que por acaso venham a aduzir.)

Também não é simples ao falar daquilo que seria “exterior” ao mundo, como fiz acima. Ora, assim como ocorre com o conceito de Tempo, o Espaço onde ocorrem os fenômenos físicos tampouco existia: Tempo e Espaço teriam sido criados simultaneamente, e se não havia espaço não podia haver um “fora”, ou algo “exterior”. É preciso ter sempre em mente que, ao falarmos em “antes” da criação, ou “exterior” ao mundo, estamos usando de um recurso de linguagem que deve ser entendido apenas com reservas, não se podendo perder de vista o que foi dito acerca dessas noções neste e no parágrafo anterior.

Existem atualmente especulações da Cosmologia sobre uma ainda controversa e mui sutil questão, a do Multiverso, segundo a qual o universo que conhecemos seria apenas uma ramificação de um Multiverso imensamente maior tanto em tamanho quanto em duração. Se essa idéia vier a confirmar-se ao longo das décadas seguintes de estudos e pesquisas, é possível ter desde já uma pálida idéia de o quanto se tornará mais complexa toda essa problemática de tempo e eternidade, e a questão do “**antes**” e do “**exterior**” escorregará para ainda mais longe de nosso vago poder de especulação.

Do 5º argumento: O ser imutável não criou

O autor não consegue haver-se com os conceitos, confunde idéias e acaba metendo os pés pelas mãos. No argumento anterior afirma que Deus não pode ser enclausurado pelo tempo, e já neste, em que fala da imutabilidade de Deus, nos sai com essa pérola: “(...)Deus, ponto fixo, imóvel no tempo e no espaço (...)”. Essa fixidez, essa imobilidade deve ter saído da cabeça do filósofo; eu pessoalmente desconheço se tais conceitos encontram-se na filosofia em geral ou na doutrina cristã. E, pior: essa fixidez e imutabilidade, no entendimento do filósofo, residem no tempo e no espaço que foram criados por Deus. Como é que Deus pode estar fixo e imóvel naquilo que ele criou, sendo necessariamente externo ao que criou? Vemos que Faure nem mesmo sabe o que diz!

Mas o argumento diz, em síntese, que se Deus é imutável ele não poderia criar, ou seja, querer e agir, pois querer e agir implicam em mudança: aquele que quer e age passa por duas transformações, diferindo daquilo que era antes de querer e de agir.

O argumento tem uns certos ares de capciosidade, mas só uns ares: desmonta-se facilmente à uma rápida análise.

Inicialmente direi que a Bíblia fala naquele *que é para sempre*, mas com outra conotação que não a aventada pelo autor.

Quando nos referimos à imutabilidade de Deus, estamos considerando tal imutabilidade quanto aos seus atributos intrínsecos.

Tomemos um exemplo trivial: se eu em dado momento decido ir ao museu a fim de ver uma importante exposição (“querer”), e, assim decidindo, vou e vejo a exposição (“agir”), é certo que com isso eu passo por uma transformação, pois ao ver as obras ali expostas alguma coisa me está sendo acrescentada; provavelmente meu juízo acerca dos autores que figuram na mostra pode alterar-se, pode ser que eu passe a gostar muito mais de alguns, decepcionar-me com outros, etc.; é certo também que assimilarei mais conhecimento, pois muitas das obras expostas é possível que me sejam desconhecidas. Mas é também certo que minhas características físicas não sofrerão qualquer mudança; e que os atributos de meu caráter tampouco se transformarão; se, p. ex., eu sou magro e tenho estatura mediana, e se sou uma pessoa de temperamento nervoso e agitado, se sou bom ou mau caráter, o ato de decidir-me ir ao museu e fazer a visita à exposição não vai mudar minha aparência física nem alterar esses aspectos de minha personalidade.

O que o filósofo não compreende — e daí procura jogar com as palavras —, é que a *intenção de criar* (“querer”) e a *ação de criar* (“agir”) residem na vontade divina, o que não é um atributo exclusivo de Deus: o homem também tem vontades e faz coisas. Neste caso, entendendo que “querer e agir” implicam em mudança, tal mudança se deu apenas no nível de sua vontade: a vontade de criar foi satisfeita com a Criação. Mas o estado profundo de Deus, no qual se encontram seus atributos maiores, ou seja, aqueles que caracterizam a divindade e somente dela fazem parte, e que são — conforme a doutrina — a onipotência, a onipresença e a onisciência, este estado profundo não sofre qualquer alteração após o querer e o agir, e assim Deus permanece imutável: Deus será sempre Deus, não sendo razoável que em qualquer tempo deixe de sê-lo. Nisto também deverão concordar crentes, céticos e ateus: o cético e o ateu dirão “eu não creio num ser que é eternamente o mesmo ou que possua tais atributos”; o crente dirá “eu creio que haja um ser que seja eternamente o mesmo e que possua tais atributos”. No entanto, assim como um unicórnio, que é um ser imaginário mas ninguém nega que possua características próprias, tais como assemelhar-se com um cavalo e possuir um chifre no meio da testa; havendo ou não esse ser a que se chama Deus, sendo real ou fruto da imaginação, todos concordarão que ele possui atributos peculiares devido aos quais permanecerá sempre o mesmo **em estado**: um rei pode deixar de ser rei ao perder o trono, um ídolo de cinema já não será ídolo quando, por alguma razão, perder a admiração de seus fãs; mas Deus, se é Deus, não o deixará de ser porque para tanto deverá possuir aqueles atributos característicos da divindade, sendo essa sua condição de imutabilidade.

Do 6º argumento: Deus não criou sem motivo; mas é impossível encontrar um único motivo que o levasse a criar

Nesta “prova” Faure examina os possíveis motivos que levaram Deus a criar o Universo, e cita como exemplo uma criança educada segundo os preceitos da religião cristã, à qual ensinam que Deus é o criador de todas as coisas, inclusive dela (a criança). Se, em dado momento de sua vida, a criança pergunta aos seus educadores por que Deus a criou e a pôs no mundo, segundo Faure não obterá a criança resposta alguma, não porque a resposta seja ignorada pelos seus educadores, mas *porque, em verdade, ela não existe*.

Repitamos para salientar bem: Faure afirma taxativamente que tal resposta não existe.

Não pretendo ser eu a dar essa resposta, mas parece-me tal afirmativa bastante temerária, porque o filósofo decerto não aceita a doutrina pregada pela religião cristã, ignora a resposta para a pergunta formulada, seguramente não crê que tal resposta exista, mas **nada disto é suficiente para justificar a afirmação de que a resposta não existe.**

A resposta pode existir e ninguém conhecê-la.

Não pretendo que isto seja um argumento em favor da existência de uma resposta para a pergunta formulada pela criança: estou apenas verificando que algo pode existir sem que alguém saiba de sua existência. Por exemplo, ninguém sabia da existência dos dinossauros, até que os fósseis começaram a ser encontrados (e neste ponto desejo deixar bem claro que não pretendo entrar pelo caminho da existência dos fenômenos na mente do observador, tão a gosto de Berkeley e dos teóricos da mecânica quântica).

Faure continua, presumindo-se sutil, dizendo que Deus, antes da criação, não experimentaria nenhum desejo porque era infinitamente feliz; não perseguia nenhum fim pois nada faltava à sua perfeição; não teria nenhum intuito, visto que nada faltava ao seu poder; não poderia determinar-se a fazer seja o que for, pois não tinha qualquer necessidade. Esse Deus descrito por Faure parece-me bastante humano: será como um homem indolente que, por ter tudo e nada lhe faltar, recosta-se em sua cadeira e fica ali, sem fazer nada, gordo e preguiçoso. Faure tenta construir uma falsa imagem de Deus a fim de verificar que não havia motivos para criar.

Pelo contrário, eu verifico também que não havia motivos para não criar, e se formos por este caminho a questão chega a um impasse. Concluo, portanto, que o argumento do “motivo” é de todo insuficiente.

Faure, no entanto, esquece-se de um outro atributo divino, o da onisciência e da sabedoria. Ao criar, Deus agiu não conforme pensamentos e impulsos humanos, como pretende o filósofo, mas movido por sua infinita sabedoria. Note que isto é diferente de dizer “os mistérios de Deus são impenetráveis”, porque aqui estou trazendo à tona um atributo de Deus que está em conformidade com a doutrina do Cristianismo. O ateu poderá, legitimamente, dizer: “Eu não creio num ser infinitamente sábio”, mas não poderá negar que esse ser, existindo ou residindo apenas na fantasia dos filósofos cristãos, tem necessariamente como atributos a onisciência e a infinita sabedoria, pois do contrário não seria Deus. Se assim é, embora eu ignore que motivos levaram Deus a criar, eles foram certamente ditados por sua sabedoria.

Sobre as Duas objeções capitais

Faure, neste ponto, lembra que muitas objeções podem ser postas pelos deístas ao seu discurso (no que está absolutamente certo), julgando oportuno fazer referência somente às duas que ele considera clássicas. Sua intenção é clara: apresenta-as apenas para poder contestá-las amplamente, parecendo-me que ele pensa ter obtido êxito em tal empreitada. O leitor julgará.

Acerca da 1ª objeção: “Deus escapa-vos!”

A primeira objeção é posta na boca de um filósofo deísta que, em síntese, lhe diz que Deus é grande demais para que ele, Faure, provido apenas de um intelecto humano e limitado, o compreenda, **não lhe cabendo portanto o direito** de negá-lo. A isso o autor responde que se Deus é incompreensível para ele, o será também para os deístas, os quais também não terão condições de compreendê-lo nem, portanto, o direito de afirmá-lo. E termina com uma frase de efeito (parece que a frase de efeito era seu principal objetivo depois de toda essa parolagem):

“Cessai de afirmar que eu cessarei de negar.”

Ora, muito se engana o autor com suas arguições, pois qualquer um **tem indiscutivelmente** o direito seja de afirmar, seja de negar a existência de Deus, e nenhum deísta ousaria cercear-lhe esse direito, pois o mesmo está contido na liberdade de arbítrio conferida conforme a doutrina a cada ser humano, donde que, contestá-la ou cerceá-la seria, para o filósofo deísta contestar ou cercear a própria doutrina em que crê! No máximo, o filósofo crente argumentaria que, de fato, Deus seria de tal forma grandioso que fugiria à compreensão do limitado entendimento humano, não sendo suficientes portanto quaisquer argumentações, seja para provar sua existência, seja para negá-la. E argumentando dessa forma, teria necessariamente de reconhecer que também a ele Deus não é de todo conhecido: muito pelo contrário, pode o filósofo deísta conhecer alguns de seus atributos, aqueles de que fala a doutrina, mas não todos, constituindo portanto também para ele um insolúvel mistério.

Desta maneira falha amplamente a contra-objeção de Faure fundamentada no não-direito de negar ou afirmar Deus.

Acerca da 2ª objeção: “Não há efeito sem causa”

Faure nos trás como segunda objeção um dos argumentos favoráveis à noção de Deus como criador, a saber, Deus como causa necessária de um efeito, o mundo.

Transcrevo aqui suas próprias palavras, a fim de demonstrar que o autor abordou essa questão de forma intencional e falaciosa, pretendendo convencer aquelas pessoas que, não se debruçando com um pouco mais de vagar sobre o assunto, não terão como perceber-lhe as falhas, diga-se de passagem, muito pouco sutis.

Diz o autor:

“A segunda objeção parece-nos mais invulnerável. Muitos indivíduos consideram-na ainda sem réplica. Esta objeção provém dos filósofos espiritualistas: Não há efeito sem causa. Ora, o Universo é um efeito; e, como não há efeito sem causa, esta causa é Deus.

O argumento é bem apresentado; parece, mesmo, bem construído e bem carpintado. O que resta saber é se tudo quanto ele encerra é verdadeiro.

Em boa lógica, este raciocínio chama-se silogismo.”

Pouco adiante, introduz o silogismo:

1ª proposição (maior): “Não há efeito sem causa”.

2ª proposição (menor): “Ora, o Universo é um efeito”.

No resto do texto referente a esta segunda objeção Faure não finaliza o silogismo com a necessária **conclusão**, ocupado que está em tentar demonstrar que a objeção é inválida. No entanto podemos acrescentá-la, pois ela está contida nos primeiros parágrafos do item, acima transcritos. Portanto:

Conclusão: “Não há efeito sem causa, e esta causa é Deus”.

Faure comete dois erros tão grosseiros, que contestá-los não requer nem mesmo um exercício de pensamento. Tais erros chegam a surpreender, porque, embora em todas as provas apresentadas até agora as falhas são detectáveis sem grandes dificuldades, aqui elas saltam à vista.

Primeiro erro: o silogismo está incorreto porque possui duas conclusões:

I. O universo tem uma causa;

II. Essa causa é Deus.

(Na verdade Faure não expõe bem dessa forma. Foi necessário transpor para esta forma porque da maneira exposta (textualmente: *“e, como não há efeito sem causa, esta causa é Deus”*) nem mesmo chega a ser um silogismo.)

Um silogismo com duas conclusões é coisa que me surpreende. De fato declaro aqui minha ignorância: não sabia existir. Existem algumas formas de silogismo com mais do que as três proposições usuais (duas premissas e uma conclusão). Seria esse o caso se

a última proposição (*“Esta causa é Deus”*) tivesse algum nexos com as anteriores, mas isto em absoluto não ocorre!

Como deveria ser apresentado o silogismo? Vejamos:

1ª premissa: Todo efeito possui uma causa.

2ª premissa: O Universo é um efeito.

Conclusão: Logo, o Universo teve uma causa.

Vemos que o silogismo não contém em si nenhuma referência à natureza da causa. Acrescentá-la como uma quarta proposição seria arbitrário. Faure demonstra que não sabe o que é um silogismo, e isso basta para que sua contra-objeção desmorone — pois, será racional que alguém faça afirmações apelando, a fim de robustecê-las, para conceitos que ignora? Porém não devo passar por alto o segundo erro cometido.

Segundo erro: não há na argumentação de Faure nada que justifique sua tentativa de negar a exatidão da segunda premissa, isto é, que o Universo não seja um efeito. O autor pretende, ao desmentir a segunda premissa, desmontar a objeção. Não bastasse o fato exposto no primeiro erro, este segundo seria suficiente: tomemos o exemplo trivial de uma bola de sinuca rolando pela mesa. Temos no movimento da bola um efeito, cuja causa pode ser o impulso dado pelo jogador. Ora, no Universo existe um número imenso de causas e efeitos mais complexos ou mais simples que o do exemplo, parecendo-me inevitável que assim seja. Porém, para chegar ao atual estágio de complexidade, é certo que o Universo passou por uma gama extensa de transformações, todas efeitos de suas causas (o impulso dado à bola pelo jogador com um taco é causa do movimento da bola, mas efeito do movimento do braço do jogador; o movimento do braço é causa do impulso mas efeito do movimento preciso de um conjunto de músculos ligados tanto ao braço quanto ao tronco, e assim por diante). Se o Universo foi criado por Deus, ou se, sendo auto-suficiente, surgiu por si mesmo, parece-me claro que houve uma causa inicial. Não pretendo afirmar aqui qual seja essa causa, apenas constatar que ela com certeza existiu. Logo o Universo é, sim, efeito de uma causa (ou até mais que uma) cuja evolução desencadeou uma infinidade de novas causas e efeitos subsequentes, como deveria ser. Portanto, apesar de jogar de maneira falaciosa, nem mesmo assim Faure consegue uma contra-objeção lúcida e satisfatória.

Por fim o filósofo resolve conceder que ambas as premissas são aceitáveis (ele resolve admitir como correto um silogismo que não é silogismo. Desculpemo-lo, pois como vimos ele não sabe o que seja um silogismo. Adiante!). Vejamos o que obtém: um Deus-causa eterno que leva a um universo igualmente eterno, porque se o Universo tivesse começado após os “milhares e milhares de séculos antes da criação” Deus teria sido uma causa sem efeito.

O que temos aqui é um fútil jogo de palavras, no qual o autor pretende chegar a uma conclusão lógica. Isto não passa de uma bobagem: primeiro porque uma vez mais ele nos aparece com seus “milhares de séculos” para referir-se ao conceito de eternidade, único cabível a Deus, já que este não pode estar “enclausurado pelo Tempo” (como o próprio Faure diz no começo), afinal, Ele criou também o Tempo; segundo, porque sendo Deus a causa, não teria ele de ser a causa eternamente, mas desde que pronunciou o celebre *“fiat”*, ou seja, desde a manifestação de sua *“voluntas”*, vontade, volição — tema de que já falei bastante e claramente neste ensaio.

“É clara a demonstração?” finaliza o autor sua contra-objeção

Por esta série de erros, concluímos que não, não é “clara a demonstração”: ela não passa de uma asneira.

Sobre a Segunda série de argumentos: Contra o Deus-governador

Do 7º argumento: O governador nega o criador

Faure pretende que Deus não pode ser ao mesmo tempo criador e governador do mundo, em suma porque sendo perfeita a obra do criador dispensa a atuação de um governador, já que nada poderá fazer com que se desarranje.

A intenção do argumento não é contestar a existência de Deus, mas demonstrar que o Criador não é perfeito.

Também neste ponto Faure parece perder de vista que aquele que cria algo, cria o segundo sua intenção, e seria atitude irresponsável que aquele que criou abandonasse sua obra, por mais perfeita que seja. Assim, Deus pode ter tido a intenção de criar um mundo perfeito e ainda assim manter-se próximo, interessado naquilo que fez.

O mundo não precisa da intervenção direta do Criador para funcionar, mas nada atesta que o Criador tenha se afastado após a criação. Conforme a doutrina cristã (mais uma vez recorro ao leitor que Faure tem em mente, em sua dissertação, o Cristianismo, razão pela qual não procuro discorrer segundo outras orientações religiosas, o que, além do mais, exigiria extensa pesquisa), Deus mantém-se próximo não porque a obra seja imperfeita, mas porque tem interesse direto nela. São palavras neo-testamentárias: “Porque Deus amou o mundo de tal maneira...”. Ora, quem ama, ama interessando-se pelo objeto de seu apreço.

Consideremos também que, se aquele que cria o faz segundo sua vontade, poderia produzir uma obra com imperfeições (o que já foi discutido). Pode haver perfeição nas imperfeições, harmonia nas desarmonias (p. ex., nem todos os traços ideais de um rosto, se colocados nele, tornam-no necessariamente mais belo¹). Assim a criação, ainda que perfeita, pode conter em si imperfeições que requeiram a assistência de um governador. Não penso que seja o caso, as leis naturais estudadas pela Química, pela Física, pela Biologia, etc. atestam que tudo funciona perfeitamente (aquilo que nos parece imperfeições remete-se a uma questão de juízo, como já foi discutido). Refiro, no entanto, esta possibilidade para ressaltar a intenção de criar ou não uma obra com algumas imperfeições: se fosse essa a vontade de Deus, decerto tê-lo-ia feito assim.

A única coisa plausível na posição de Sebastien Faure é que ele não aceite a doutrina. Poderá dizer: “Não creio num tal Deus” ou “acho essa doutrina inválida”, porém em nenhum momento sua argumentação é suficiente para contradizê-la.

Do 8º argumento: A multiplicidade dos deuses prova que não existe nenhum deles

Nesta “prova”, Faure pretende que a existência de um grande número de deuses prova que nenhum deus é verdadeiro e existe, porque se existisse um deus verdadeiro, este não permitiria o culto aos demais, que seriam falsos.

Na verdade há uma grande quantidade de religiões no mundo e uma grande variedade de deuses e deusas e outros seres que são motivos de culto, o que é facilmente compreensível. Isso é cultural, e mais ficaremos conhecendo a respeito se formos estudar o assunto do ponto de vista da Antropologia e da História das Religiões. Aí, certamente, encontraríamos minuciosa descrição desses múltiplos segmentos religiosos e de suas origens. Ora, diverso como é, o ser humano logrou desenvolver ao longo de sua história

¹ De fato, tal experiência já foi feita: pesquisadores teriam, certa época, destacado de rostos femininos célebres do cinema os traços mais belos, aqueles que mais chamavam a atenção, e criaram um rosto artificial com esses traços: o resultado decepcionou, pois o rosto obtido não era belo. Infelizmente não tenho maiores dados sobre o assunto, mas é possível que uma pesquisa na Internet leve a encontrar alguma menção a essa experiência.

formas diversas de culto, algumas mesmo bárbaras, implicando em sacrifícios humanos, fossem de guerreiros inimigos capturados, fossem até mesmo de virgens e crianças do próprio povo.

Cumpre, no entanto, fazer duas observações:

I. O fato de haver um grande número de deuses, não exclui, pela lógica, que haja um único verdadeiro. Poderia não haver nenhum, poderia também haver dois ou mais (neste caso digladiando-se pelo poder, o que não deixaria de ser curioso). Pode, portanto, haver apenas um.

II. Temos que Deus, conforme descrito pelo Cristianismo, seria em princípio um Deus trino e o único e verdadeiro dentre todos os demais. Isto, porém, não impede que ele se manifeste aos que crêem nele de outras maneiras. No islamismo ele recebe o nome de Alá, e não deixa de ser Deus por isso (não se cogita, contudo, que Alá, ou Deus, se alegre com o morticínio que os homens-bomba produzem em seu nome). Em outras religiões decerto Deus receberá outros nomes, e não deixará de ser Deus. O que me parece indispensável é que se tenha em conta que tipo de ensinamentos sejam pregados em nome desse Deus, e é por esses ensinamentos que o fiel poderá, sem paixão, distinguir o falso do verdadeiro Deus.

De forma bastante risível o autor pretende que, tendo Deus “uma boa garganta”, poderia “berrar aos quatro cantos do mundo” e dizer: “Ei, turma de infieis, o deus de verdade sou eu, seus putos, não fiquem aí prosternando-se diante de ídolos falsos que eu acabarei fazendo picadinho de todos vocês. Abusem só para ver”.

Um argumento assim não merece atenção, mas acaba sendo divertido ver até que ponto chega a desfaçatez do autor, para não falar de pura ignorância (ou de uma fingida ignorância): Faure não procura contestar a doutrina partindo dela, mas partindo de como ele “acha que as coisas deveriam ser”.

Ora, Deus criou o homem, não este ou aquele homem, não esta ou aquela tribo, mas a humanidade inteira, logo ele deve ter interesse em que toda a humanidade o conheça, mas que o conheça pela fé, e não porque ele apareça do alto de um monte, aos brados, dizendo: “Alô, turma de infieis, aqui estou eu!”. Para que a humanidade o viesse a conhecer pela fé, foi que ele ordenou: “Ide por todo o mundo...”.

Mais uma vez eu admito que o ateu, ou o agnóstico, ou o cético, poderá (ou poderão) dizer: “Não, eu não creio nessa intenção divina, tampouco creio que Deus algum dia deu essa ordem ao homem, tampouco creio em Deus algum”. É legítimo, faz parte da liberdade do homem crer ou não, como já disse. Porém, se alguém pretende discutir o assunto do ponto de vista doutrinário, com parece ser a intenção que se depreende do texto, não pode deixar de estar atento ao que dizem as Escrituras, ao teor da doutrina, e não tergiversar, dar voltas, e no fim das contas não dizer nada, como faz o filósofo, errando amplamente em sua abordagem.

Do 9º argumento: Deus não é infinitamente bom: é o inferno que o prova

O filósofo trata neste ponto da infinita misericórdia atribuída a Deus em contraposição à noção de inferno. Após diversos erros devidos ou à ignorância, ou à má-fé, chega a uma conclusão com a qual, não obstante, eu a princípio concordo.

Vamos por partes.

Faure comete seu primeiro erro ao afirmar que Deus criou uns bons e outros maus. Não é verdade. Toda criança ao nascer é igual. Não há, ou pelo menos eu desconheço, qualquer prova, doutrinária ou científica, de que alguma criança nasça marcada pelo mal, ou seja, destinada a cometer atrocidades e crimes, mesmo porque não presumo a existência de um “destino” (para os que crêem na anti-cristã doutrina da reencarnação, pregada por certas religiões, segundo a qual alguém reencarna para pagar por erros em

vidas passadas e passar por um processo de evolução espiritual, a criança, no seu nascimento, será necessariamente impura, já que o corpo é habitado por um espírito carregado de erros anteriores; tal doutrina é, por si só, repugnante, pois presume que o espírito de um recém-nascido pode ser o de alguém como Hitler, Lénin, Stálin, Idi-Amin, etc.).

Devo acrescentar que não ignoro o que está escrito em Gênesis, cap. 8 vers. 21: “Porque a imaginação do coração do homem é má desde a sua meninice”, e advirto que este versículo não afirma que uma criança nasça naturalmente má; primeiro porque não faz distinção quanto àquelas que nasceriam boas e àquelas que nasceriam más; segundo, que o contexto aqui é o do pecado original, ou seja, todos pecaram, assim todos são pecadores: ainda que nasçam sem pecado, irão adquiri-lo no decorrer de sua vida.

Em seguida presume Faure que Deus poderia admitir todos em seu Paraíso, bons e maus. Ora, isto é um crasso erro de interpretação da Palavra, pois, de que serviriam os méritos de uma pessoa empenhada no Bem, se o seu vizinho, p. ex., fosse ladrão e assassino e, não obstante isso, fosse admitido nessas mesmas condições no Paraíso? (Não pretendo entrar aqui na questão simbólica do Paraíso. Deixemos como está, para não dilatar demais a discussão.) Sabemos que, segundo a doutrina cristã, todos podem ser perdoados, mesmo o pior dos perversos, desde que lhe sobrevenha o reconhecimento dos erros praticados e o sincero arrependimento. Do contrário, não pode haver perdão.

O assunto em que o autor toca neste ponto é de fundamental importância pois, em vez de significar uma prova desfavorável à existência de Deus, propicia justamente um argumento contrário: o da necessidade da existência de Deus como questão de Justiça. A justiça terrena é falha, mesmo que haja por parte de legisladores e juízes boa intenção (nem sempre há) em criar leis o mais justas possível. A noção de uma justiça infalível é essencial, primeiro porque muitos não vivem o suficiente para pagar por seus crimes, devendo pagar por eles num lugar cuja finalidade seja essa; e depois porque, sem Deus, tudo é permitido ao homem², já que não terá de prestar contas de seus atos senão a si mesmo, e eventualmente à justiça humana, que não é infalível, como todos sabem pelos exemplos mais gritantes que a mídia nos tem mostrado todos os dias.

Um terceiro erro notável cometido pelo autor é na sua interpretação da frase “Muitos serão chamados, poucos serão escolhidos”. Não há aí nenhuma monstruosidade, como ele afirma, e são os próprios diversos segmentos religiosos que podemos observar hoje em dia que o demonstram. Pois o que temos observado senão igrejas (seja a Católica, sejam os múltiplos ramos protestantes) cheias de fiéis, ou seja, aqueles que “são chamados”? Mas quantos daqueles que ali estão, tomando ares de bons cidadãos, íntegros, idôneos, podem ser assim considerados? Quantos praticam a religião como deve ser praticada? Pastores que extorquem dinheiro de seus fiéis para viverem à larga, como temos visto, podem ser “escolhidos”? Padres que praticaram a inquisição poderão ser “escolhidos”? O fiel que está ali, na igreja, todo orações e gestos de nobreza, mas cobiçando o bem ou a mulher de seu amigo poderá estar entre os “escolhidos”? A própria Bíblia diz que “Deus sonda o coração dos homens”, de maneira que não basta ir à igreja todos os dias, não basta dizer-se religioso, é preciso sê-lo em seu íntimo e com convicção. Daí se conclui que, com efeito, muitos são chamados, mas dentre eles poucos poderão ser escolhidos.

Depois desses vários erros, o autor toca no cerne da questão: o Inferno. Não é apenas a Igreja que anuncia o Inferno (foi, sim, a Igreja de Roma que inventou o Purgatório, mas não o Inferno), a Bíblia fala de um lugar de penas eternas. Neste ponto eu tomo a liberdade de não aceitar tal doutrina, pelo menos quanto ao entendimento de que alguém, por pior que tenha sido em sua vida, venha a pagar por seus erros eternamente, ou

² A abordagem desse tema, na literatura, é admiravelmente feita em *Os Irmãos Karamazov*, de F. M. Dostoiévski, leitura indispensável para quem deseja ter uma boa formação literária.

seja, uma pena que nunca terá fim. Sim, sem sombra de dúvida, Deus não seria cruel o suficiente para impor à sua criatura um castigo interminável. O Inferno, assim como o Paraíso, são figuras alegóricas, mas eu não me sinto habilitado a falar do assunto, melhor tratado pelos doutores da Teologia. Tudo que posso dizer é que, segundo meu parecer, Deus pode conceder em algum tempo a remissão dos erros àquele que não figurou entre os “escolhidos”. Isto é um ponto de vista pessoal fundamentado na misericórdia divina, mas é também fundamentado na noção de infalibilidade da Justiça divina que de todos os que forem chamados, nem todos, pelo contrário, muito poucos serão os escolhidos.

Do 10º argumento: O problema do mal

Neste argumento Faure fala da incompatibilidade entre a existência de Deus e a do Mal, apresentando em seguida a refutação que considera clássica e com a qual não concorda, refutação essa segundo a qual, em resumo, o Mal decorre da ação do próprio homem, que é livre para tomar decisões e seguir seu próprio caminho, devendo portanto arcar com as conseqüências de suas escolhas. Faure faz objeções segundo seu costume de jogar com as palavras, sem examinar o sentido que o assunto assume em face da doutrina cristã.

O erro em que incorre é que, em vez de simplesmente afirmar que não aceita a doutrina (e nesse caso não há mais o que dizer), ele distorce o sentido desta a fim de poder apresentar uma contestação que lhe parece suficiente.

Textualmente:

“Eu não digo que a existência do Mal – mal físico e mal moral – seja incompatível com a existência de Deus; o que digo é que é incompatível com o Mal a existência de um Deus infinitamente poderoso e infinitamente bom.

“O argumento é conhecido, ainda que o não seja senão pelas múltiplas refutações – sempre impotentes – que se lhes tem apresentado. Remontam-no a Epicuro. Tem, portanto, mais de vinte séculos de existência: mas, por velho que seja, conserva ainda todo o seu vigor. Esse argumento é o seguinte:

“O mal existe. Todos os seres sensíveis conhecem o sofrimento. Deus, que tudo sabe, não pode ignorá-lo. Pois bem, de duas, uma: Ou Deus quer suprimir o Mal e não pode; ou Deus pode suprimir o Mal e não quer.”

Não vamos remontar a Epicuro e nossa análise: fiquemos dentro do que diz a doutrina cristã. Segundo esta, após sua queda (pecado original) o homem é expulso do Jardim, e como ele adquire o conhecimento do Bem e do Mal, torna-se responsável por seus atos, concedendo-lhe Deus o livre-arbítrio para escolher seu caminho. Resulta que ele deverá assumir as conseqüências de sua escolha – e é a “refutação clássica” [aos seus argumentos] que o filósofo critica, procurando contestá-la. Ora, Faure não é forçado a concordar com a doutrina, e tanto isso é verdade que ele se propõe a criticá-la. Porém para fazê-lo é necessário que ele se atenha ao que ela diz (e não proceda como faz neste último parágrafo transcrito).

Procedendo desta maneira, isto é, abordando o tema a partir das Escrituras, será preciso reportar-nos ao mito do Jardim do Éden como eu fiz acima.

Fazendo-o, porém, perceberemos que o Mal existe mesmo “antes” da criação do mundo, ou, dizendo melhor, no **intemporal**, pois uma vez criado o lugar onde o homem habitaria, ali se insinua o Mal através da Serpente, que prevalece da ingenuidade do primeiro casal. A existência do Mal antes da criação do mundo é assunto para ser discutido pelos conhecedores de Teologia. Por exemplo, surge uma dificuldade muito mais expressiva do que a aduzida por Faure (que, aliás, para quem pretendia ser profundo, tem se mostrado bastante simplório em sua tese): como coexistiam o Mal e Deus no sem-tempo da eternidade? Teria Deus criado o Mal, ou ele existia por si mesmo? O dualismo

Bem/Mal, como se explica quando ainda não havia um mundo em que aplicar-se, uma vez que o Mal só pode atingir àquele que lhe é susceptível, ou seja, o homem e, por extensão, o mundo em que vive, afetando-o de muitas maneiras, direta e indiretamente, mas não fazendo sentido algum no sem-tempo exterior/anterior à criação? Enquanto o mundo não fora criado, se havia uma espécie de gérmen do Mal, qual seria sua natureza? Eis uma série de questões que aprofundam o tema, mas que Faure não só não abordou como também parece nem ter suscitado de sua existência!

Vou me deter, portanto, apenas na questão do Mal abordada pelo filósofo, ou seja, o Mal que afeta o homem **neste** mundo.

A refutação clássica com a qual não concorda, isto é, aquela segundo a qual o homem é livre para escolher seu caminho e responder por seus atos é inteiramente válida. O Mal se assenhoreou do mundo depois da queda do homem, ou seja, após o pecado original. Foi também com a queda que o homem tornou-se livre e passou a padecer as consequências dessa liberdade: eu tomo uma atitude por meu inteiro arbítrio e devo responder por ela.

Deus deseja que o homem não sofra, mas conquanto pudesse exterminar o sofrimento não o faz por uma questão de coerência, isto é, Deus tem de manter-se coerente com sua decisão: já que ele concedeu ao homem o direito de agir como queira, e como todas as suas ações terão uma resposta, que pode ser positiva ou negativa, não cabe a Deus interferir.

Quando afirma que o homem não pode ser o responsável pelas epidemias, pelo envelhecimento, pelos cataclismos, e que isto demonstra que a questão do livre-arbítrio é falha, o autor parece (intencionalmente?) ignorar que o homem tornou-se o responsável como decorrência da queda. Assim, está claro, o homem não pode impedir o envelhecimento e a morte, não pode combater todos os males (físicos e morais), não pode prevenir, evitar um cataclismo que irá afetar populações inteiras, não pode portanto ser responsabilizado diretamente, mas se está sujeito a tudo isso é em decorrência do **pecado original**: “Porque todos pecaram, destituídos estão da glória de Deus” diz a Bíblia. A refutação com a qual Faure não concorda firma-se na doutrina que ele ataca. É cabível, como foi dito várias vezes, que ele não aceite a doutrina, mas uma vez que a refutação apresentada está de acordo com ela, esta refutação não pode ser contestada por si mesma porque é coerente. Só o poderá a partir de falhas internas na doutrina, mas Faure não aborda essas falhas.

Este é um assunto no qual não valem argumentos “lógicos”, tipo “se A, então B”. É um tema de cunho filosófico sujeito a diversas interpretações e a intermináveis debates na área da Teologia.

Poder-se-ia objetar, por exemplo, que o Jardim do Éden é apenas um símbolo, que o primeiro casal (Adão e Eva) não existiram de fato, que o homem evoluiu de outras formas de vida juntamente com os símios e outras espécies, como tem sido argüido com vasto número de evidências as pesquisas científicas, mas então já seria transpor a linha que separa religião e ciência, o que me parece inválido para a discussão nos termos em que é posta por Faure.

Sobre a Terceira serie de argumentos: Contra o Deus justiceiro

Do 11º argumento: Irresponsável, o homem não pode ser castigado nem recompensado

Reitera o autor neste argumento erros já cometidos, ao afirmar que Deus poderia criar-nos menos perversos. Ora, é doutrinário que Deus criou o homem puro, o qual veio a corromper-se com o intromissão do Mal. Que Faure rejeite a doutrina é um direito que ele exerce. Distorcê-la, contudo, é uma falácia que revela a precariedade de sua ar-

gumentação. (No entanto, mesmo fora da doutrina cristã não me parece que haja alguém disposto a crer que uma criança já nasça perversa, como referi no nono argumento! Haverá alguma prova científica para tal afirmação? Seria trágico se algum dia tal prova fosse aduzida — p. ex., a partir da Engenharia Genética —, pois surgiriam problemas éticos e morais, a meu ver insolúveis, com respeito à aplicação das leis e da Justiça.)

Não obstante, há uma idéia menos evidente que o autor aborda, idéia esta que ele retira da epígrafe escolhida para sua tese (a qual se deve a Mikhail Bakunin). Em seu texto Bakunin, entre outras coisas, nos diz que *“a existência em Deus implica necessariamente a escravidão de tudo abaixo dele. Assim se Deus existisse, só haveria um meio de servir a liberdade humana: o de deixar de existir”*. É tal platitude que Faure, julgando-se arguto, acha por bem referir como o cerne do seu argumento: *“Que somos nós? Somos o que Deus quis que fôssemos, visto que ele criou-nos segundo o seu capricho e o seu gosto. (...) O que não está sob a dependência de ninguém é inteiramente livre; (...) enfim, o que está em absoluto sob a dependência de outro, é totalmente escravo, não gozando de nenhuma liberdade”*.

Quanto à idéia de Deus como necessário por uma questão de justiça, remeto o leitor de volta ao 9º argumento, onde exponho minha opinião sobre essa questão. Quanto a tolice proferida por Bakunin, sem dúvida merecedora de figurar como epígrafe ao texto de Faure, encontra-se respondida — indiretamente — também ali.

No mais, parece-me fora de dúvida que o homem goza de todas as liberdades, não se perdendo de vista que o simples fato de existir deixa-o sujeito a toda sorte de sucessos, bons ou maus, possíveis de ocorrerem em seu cotidiano. Faure argüiria dizendo que, se verdadeiramente livre, o homem nunca escolheria os maus, e que portanto ele não é livre. Ora, tal afirmação decorreria de uma incompreensão básica da doutrina cristã: com a queda do homem, este tornou-se senhor de seus atos, donde não é irresponsável como o autor afirma; sendo senhor de seus atos, é livre, e pelo exercício dessa liberdade será castigado ou recompensado.

O 11º argumento é quase todo uma reiteração de argumentos anteriores, tornando-se portanto irrelevante: argüir a irresponsabilidade do homem, a servidão à Deus, o mal moral e o mal físico, etc. é chover no molhado, pois tudo isso já foi dito e discutido.

Do 12º argumento: Deus viola as regras fundamentais de equidade

No último argumento, Faure fala que se o homem é responsável, Deus viola as regras fundamentais da equidade. Considera que um juiz perfeito estabeleceria uma relação matemática entre crime e sanção, mas que isso não acontece pois qualquer que seja a recompensa ou a sanção, ela é ilimitada, mas o mérito e a culpa são limitados.

Um simples jogo de palavras como tantos dos quais o filósofo se vale.

Se o mérito é limitado e a recompensa não é, isto ocorre pela infinita misericórdia e bondade de Deus, o que está de acordo com a doutrina. Além do mais, essa “relação matemática” entre mérito e recompensa (e demérito e castigo) que Faure aduz como necessária na verdade não o é, uma vez que aquele que premia pode premiar conforme queira. Sendo justo, aquele que premia só não concederá um prêmio inferior ao mérito, claro, por uma questão de justiça, mas não haverá injustiça alguma se conceder um prêmio superior ao mérito. Mais uma vez: pode, legitimamente, o filósofo dizer que não concorda com tal doutrina, só não é lícito distorcê-la para contestá-la.

Continuando.

Sendo a culpa limitada, diz o filósofo, o castigo — ou seja, o Inferno — também não o é. Já neste aspecto da questão, reitero o que disse acerca do 9º argumento: pessoalmente penso que Deus, não apenas devido à sua misericórdia, mas também à sua sabe-

doria, compreenderá que o ser humano, ainda que responsável por seus atos, é falível, impondo-lhe um castigo rigoroso mas não ilimitado.

Espero que minha abordagem tenha sido clara. Muitos aspectos da doutrina do Cristianismo são obscuros, devendo ser melhor explanados por estudiosos do assunto. Minha intenção aqui foi, tão somente, mostrar todos os erros cometidos pelo filósofo em seu raciocínio, e tais erros, a meu ver, foram expostos com suficiente clareza.